



ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: o relato de uma experiência com alunos do sexto ano

Marcus MARCUSSO¹; Pedro ZAROTTI²; Alicia A. SILVA³; Isabela C. BARBOSA⁴; Kênia C. T. da SILVA⁵; Marina COSTA⁶; Jacqueline A. de S. SILVA⁷

RESUMO: Este texto constitui-se de um relato de uma experiência acerca da atuação de um grupo de discentes do curso de História integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), os quais elaboram e aplicaram um plano de aula com a temática indígena em uma classe de sexto ano do Ensino Fundamental. O objetivo deste plano foi o de apresentar uma cronologia sobre a história dos povos originários no Brasil desde a sua chegada até os dias atuais. Para tanto, foi realizada uma exposição oral dialogada, destacando importantes momentos da história da presença indígena em nosso território, seguida da realização de um jogo de quebra-cabeças virtual intitulado Arte Indígena. Evidenciou-se, após a conclusão do plano, o potencial que as temáticas indígenas aliadas a atividades lúdicas possuem para despertar o interesse entre os alunos do início do Ensino Fundamental II.

Palavras-chave: PIBID; Disciplina de História; Temática indígena.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o historiador Rodrigo Turin (2020), com a emersão institucional do Estado Nacional Brasileiro, teve início a institucionalização da História enquanto disciplina com finalidade de promover, junto a outros mecanismos, uma espécie de sincronização social da trajetória histórica na nação, estratégia então enxergada como necessária para o reconhecimento da soberania do Estado recém-independente. Como desdobramento desta finalidade, definiu-se a periodização histórica tradicional bem como foram selecionados os fatos históricos, os atores sociais e os símbolos nacionais a serem ensinados, em um procedimento de hierarquização e exclusão de uma série de processos e sujeitos históricos, com um grande déficit de representatividade para mulheres, negros e indígenas, assinala Turin (2020).

Em relação a história indígena, a seleção dos conteúdos para a composição curricular da história escolar foi pautada, assinala Elza Nadai (1993), pela necessidade de se reforçar ideia de uma nação que se construiu a partir de uma colaboração harmoniosa entre portugueses, indígenas e africanos, originando, assim, uma sociedade democrática e livre de qualquer tipo de preconceito. E é esta perspectiva que explica: “os silêncios sobre a etnia indígena, [sobre] sua resistência à conquista colonial bem como a abordagem reducionista das sociedades tribais e de sua distribuição pelo território” (NADAI: 1993, 149150) nos currículos escolares de História de então.

E enquanto a disciplina histórica se firmava institucionalmente no século XIX, aponta a

¹ Coordenador do PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: marcus.marcusso@ifsuldeminas.edu.br

² Supervisor do PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: sivelicious@gmail.com

³ Bolsista PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: alicia.alves@alunos.ifsuldeminas.edu.br

⁴ Bolsista PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: isabela.barbosa@alunos.ifsuldeminas.edu.br

⁵ Bolsista PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: kenia.teofilo@alunos.ifsuldeminas.edu.br

⁶ Bolsista PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: marina.costa@alunos.ifsuldeminas.edu.br

⁷ Bolsista PIBID, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. Email: jacqueline.souza@alunos.ifsuldeminas.edu.br

pesquisadora Manuela Carneiro (2009), ocorria também o triunfo do evolucionismo que, em meio a uma miríade de concepções, trouxe a ideia de que determinadas sociedades se encontravam na estaca zero do processo evolutivo e, por estarem paradas no tempo, prescindiam de uma compreensão histórica. Tal entendimento aplicado ao universo indígena contribuiu fortemente para a manutenção de uma posição que ainda segue sólida no senso comum: “somos tentados a pensar que as sociedades indígenas de agora são a imagem do que foi o Brasil pré-cabralino e que, como dizia Varnhagem, por razões diferentes, sua história se reduz estritamente à sua etnografia” (CARNEIRO, 2009, p. 11).

Contudo, de acordo com o pesquisador Edson Silva (2016), o qual traçou um panorama sobre as representações dos indígenas nos séculos XIX e XX, as imagens e os discursos acerca dos indígenas têm mudado em tempos mais recentes. E essa transformação advém, para o autor, da visibilidade política obtida pela atuação dos próprios indígenas, a exemplo de sua participação no processo de elaboração da Constituição de 1988, a qual garantiu um rol de direitos aos indígenas, fornecendo, então, uma base legal para a atuação em favor das suas demandas, além de contribuir para abertura de uma nova perspectiva para que a sociedade brasileira possa de repensar e se ver em sua multiplicidade, pluralidade e socio-diversidade (SILVA, 2016).

Em relação aos avanços legais no âmbito da educação, os indígenas obtiveram importantes conquistas. A começar pela conquista do direito à educação (Brasil, 2016), passando pela obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, sejam públicos ou privados (BRASIL, 1996), além do reconhecimento da Educação Escolar Indígena como uma modalidade de ensino da educação básica com suas próprias especificidades (BRASIL, 2010).

Não obstante a importância de tais avanços, em tempos mais recentes os povos indígenas vêm enfrentando uma série de adversidades e desafios nas mais variadas direções, a exemplo da ameaça representada pelo Marco Temporal e das invasões ilegais de suas terras. E, em janeiro do corrente ano, mais um capítulo dramático: a vinda a público da crise humanitária vivenciada pelos povos Yanomami, que resultou na morte de 570 crianças indígenas nos últimos anos.

Neste sentido, todo este contexto exerceu uma grande influência sobre um grupo de discentes de História integrantes do PIBID – orientados por um professor-supervisor – na escolha do tema para a elaboração de um plano de aula para uma classe de sexto ano. Contudo, Edson Silva (2016, p.75) adverte que um dos maiores desafios referentes ao ensino de história indígena reside na questão: “de qual índio estamos falando?”. Pergunta aparentemente casual, porém estratégica para a superação das imagens cristalizadas no senso comum sobre os indígenas. Para tanto, o autor orienta que em vez investir em uma história indígena ou uma história dos povos indígenas, seja mais produtivo discutir a presença dos indígenas na história, ou seja:

se faz necessário perceber as diversas experiências vivenciadas por esses povos nos diversos processos de colonização, que resultaram na história das relações socioculturais ao longo

mais de 500 anos no Brasil. Buscando compreender as expressões socioculturais indígenas como produtos das relações históricas em cada região do país (SILVA, 2016, p. 76).

E foi com esta perspectiva que a experiência relatada neste texto foi orientada. E para fins didáticos, na seção seguinte, o texto avança em direção a apresentação do planejamento e da execução do plano de aula e, na seção posterior, traz alguns apontamentos acerca dos resultados obtidos. Por fim, o texto tece algumas considerações a respeito de toda a experiência relatada.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O planejamento e a execução da experiência relatada neste texto ocorreram no perpassar do mês de março de 2023. De início, os discentes bolsistas do PIBID e seu professor-supervisor realizaram um minicurso sobre ludicidade e ensino de história indicado pelo professor-coordenador. Impulsionados pelas discussões proporcionadas pela realização do curso, o grupo delimitou um tema – história indígena – uma série – sexto ano – e uma atividade lúdica – quebra-cabeça – para a elaboração do plano de aula. Ao longo de duas reuniões, tal plano foi formatado de forma coletiva pelos discentes com as devidas orientações fornecidas pelo professor supervisor.

Concluído o plano de aula, ocorreu a sua execução em duas aulas. Na primeira aula, o professor supervisor apresentou os discentes do PIBID aos alunos do sexto. Em seguida, os discentes assumiram o protagonismo na condução da aula e realizaram, como primeira atividade, um *brainstorm* junto aos alunos a fim de identificar o conhecimento prévio que eles possuíam a respeito dos indígenas, anotando as suas falas no quadro-negro. Subsequentemente, os discentes deram início a construção da linha do tempo sobre a história indígena em nosso território através de uma exposição oral dialogada e suportada com uma projeção de imagens e informações via data-show a respeito da temática da aula.

Por seu turno, na segunda aula, os alunos do sexto ano foram conduzidos à sala de informática para realizarem o jogo “Arte Indígena”, a fim de consolidar, de forma lúdica, o que aprenderam na aula anterior. Tal jogo traz artefatos de sete etnias diferentes em formato de quebra-cabeças com pequenos boxes de informações a respeito da etnia que a produziu. Na sala de informática, os discentes do PIBID auxiliaram os alunos do sexto ano na operacionalização do jogo, o qual foi realizado com enorme entusiasmo e interesse por eles. Por fim, após a realização do jogo, os discentes do PIBID realizaram uma nova *brainstorm* a fim de se verificar as mudanças e permanências a respeito do conhecimento da história indígena pelos alunos do sexto ano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a execução do plano de aula descrito na seção anterior, fez-se possível a realização de alguns apontamentos. Apesar dos recentes avanços nas imagens e discursos sobre os indígenas identificados por Edson Silva (2016) e da aprovação de toda uma legislação favorável as suas

demandas, o brainstorm realizado pelos discentes do PIBID com os alunos do sexto ano revelou que estes concluem a primeira etapa do Ensino Fundamental com um conjunto de conhecimentos a respeito da história indígena bastante incipiente, fragmentado e pontual, ainda muito próximo daquela noção de indígena sem história pontuada por Carneiro (2019) em momento anterior deste texto. Outro aspecto a ser considerado adveio da ampla positividade com a qual os alunos do sexto ano demonstraram quando da construção da cronologia sobre os povos originários, indicando o enorme potencial que a temática possui para ser explorada em sala de aula.

4. CONCLUSÃO

Apesar de integrada inicialmente ao currículo de História sob uma espécie de presente etnográfico (CUNHA, 2009) com a finalidade de fomentar ideologicamente a ideia de uma nação harmoniosa (NADAI, 1993), a temática indígena conheceu, a partir dos anos 1980, importantes avanços tanto pela perspectiva historiográfica (TURIN, 2020) quanto pela perspectiva normativa (BRASIL, 1996, 2010, 2016) conquistadas estas advindas, em grande parte, em decorrência da própria atuação política dos indígenas (SILVA, 2016).

Contudo, a despeito destes avanços, a sua efetivação no espaço escolar ainda parece mostra-se incipiente. Neste sentido, a realização da experiência anteriormente descrita assinala um importante avanço, ainda que modesto na prática, para construção de um ensino de história mais plural, inclusivo e voltado para a formação cidadã, evidenciando ainda o papel de relevância que PIBID tem ao criar condições para que professores em exercício e professores em formação colaborem na elaboração e na execução de atividades que gerem um impacto positivo na realidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 5/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2012

CUNHA, M. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NADAI, E. Ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/6, p. 143-62, 1993.

TURIN, R. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, p. 1-39, 2020.

SILVA, E. ANDRADE, J., SILVA, T. (Org.) **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife: Edições Rascunhos, 2016.